



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

CONTA DE GERÊNCIA



Município de Porto Moniz
2015

Relatório de Gestão

Atividades e Prestação de Contas de 2015

[Handwritten signatures and initials]





Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller initials.

Índice

- Introdução
- Organização Municipal
- Análise da situação económica
- Evolução das Dívidas de curto, médio e longo prazo de e a terceiros
- Proposta da aplicação do resultado líquido do exercício



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

INTRODUÇÃO

Dando seguimento à obrigatoriedade legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz elaborou e apresenta à apreciação e votação dos seus órgãos autárquicos competentes os documentos respeitantes à Prestação da Conta de Gerência, relativa ao ano económico de 2015, para que sejam posteriormente analisados pelas instâncias competentes.

A atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Porto Moniz, no ano de 2015, encontra-se sintetizada e descrita nos documentos de prestação de contas e relatório de Gestão que se apresentam em conjunto e que constituem os principais documentos técnicos e políticos.

O ano de 2015 fica marcado por ser o segundo ano de gestão do município do Porto Moniz da inteira responsabilidade deste executivo. Mesmo com as dificuldades e contratempos inerentes à complexidade em que o País e a Região Autónoma da Madeira se encontram, o Município do Porto Moniz, fruto da gestão rigorosa e de políticas públicas sociais, tem sabido encontrar respostas adequadas a estes novos desafios. Este executivo contínuo ciente das dificuldades em que alguns munícipes se encontram neste período, devido ao aumento do desemprego e da pobreza que muitos dos nossos munícipes se encontram, assim sendo, iremos trabalhar para dar respostas adequadas, a fim de diminuir este impacto de contra ciclo as famílias deste Concelho.

As finanças públicas nacionais continuam a restringir cada vez mais os organismos públicos, através das recomendações dos sucessivos Orçamentos de Estado, cabendo as autarquias seguirem escrupulosamente as recomendações dadas, o que torna os seus orçamentos cada vez mais reduzidos e por sua vez limitando o município as suas necessidades reais.

Relativamente à contenção orçamental, o Município do Porto Moniz está em sintonia com a lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que veio ao encontro da disciplina das finanças públicas, impondo fortes



constrangimentos na gestão de tesouraria e proibindo a assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis e determinando a regularização dos pagamentos em atraso. A racionalização/redução da despesa Municipal é imperiosa, obrigando a escolhas cada vez mais fundamentadas, (designadamente, através da análise e ponderação sistemática da necessidade e utilidade da despesa) e das opções a tomar na seleção das várias alternativas suscetíveis de justificarem a afetação dos recursos disponíveis. Neste contexto, temo-nos pautado por tomar medidas de execução prioritárias e de consolidação orçamental, com vista a garantir a sustentabilidade das contas e o controlo da despesa, num contexto de grande exigência.

Quanto ao endividamento, e através do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias Locais e das entidades Intermunicipais), o Município do Porto Moniz encontra-se dentro dos parâmetros exigidos.

Temos de salientar, que neste exercício económico, o município teve uma redução nas transferências do Estado, resultante da aplicação da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que veio implementar a obrigatoriedade de realizar a transferência de capital ao Fundo Social Municipal no valor de 285.657,06 euros durante os próximos sete anos, tendo já sido transferido neste corrente ano de 2015 o valor de 40.809,00 euros.

Mesmo com todos estes contratempos financeiros, o Município de Porto Moniz encerrou o ano civil com um Resultado Líquido positivo em 1.151.619,98€ (Um milhão cento e cinquenta e um mil seiscientos e dezanove euros e noventa e oito cêntimos). No que respeita ao Saldo de Gerência do Orçamento de 2015, o mesmo foi positivo em 2.701.424,81€ (Dois milhões setecentos e um mil quatrocentos e vinte e quatro euros e oitenta e um cêntimos). Paralelamente, informamos também que, fruto da gestão rigorosa praticada por este executivo, a dívida de curto prazo do município é nula, permanecendo apenas as dívidas dos acordos de pagamentos efetuados entre o Município e as empresas, EEM 246.259,79€ e Valor Ambiente 123.138,52€ acordos que estão todos a serem rigorosamente cumpridos, temos ainda uma ação em tribunal e refletida nas nossas contas



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large 'A' at the bottom.

com a empresa Jaime Ribeiro & Filhos no valor de 120.440,37€ a espera de resolução desde o ano de 2003.

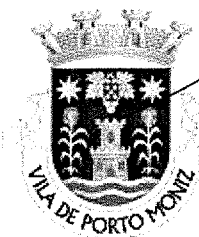
Em termos orçamentais, no ano de 2015, assistimos a uma execução da receita sem a incorporação do saldo da gerência anterior. Com o valor inicial de 4.462.840,00€ temos uma execução de 97,60%, mas com a sua incorporação no montante de 1.841.245,05€, obtivemos uma execução de 99,90%, o que consideramos ser um bom indicador financeiro. Relativamente à execução da despesa, esta cifrou-se em 60,15 %, já com a incorporação do saldo da gerência anterior sendo em Despesa Corrente de 78,96 % e a despesa de Capital de 28,84 %.

Endereçamos uma palavra de agradecimento uma vez mais a todos os trabalhadores do Município do Porto Moniz, porque sem eles teria sido difícil de fazer o que foi feito em prole deste município, tanto no âmbito social, urbanística, cultural, ambiental, desportivos e educacional.

Tenho afirmado incansavelmente que, somos e seremos o melhor destino turístico na costa norte, e para isso temos criado infraestruturas adequadas para aqueles que nos visitam, seguiremos a nossa missão de continuar a construir de forma solida toda a nossa atividade em prole de um Porto Moniz melhor, em nome de um futuro próspero para todos os portomunizenses.

O Presidente da Câmara Municipal de Poro Moniz.

João Emanuel Silva Câmara



[Handwritten signatures and initials]

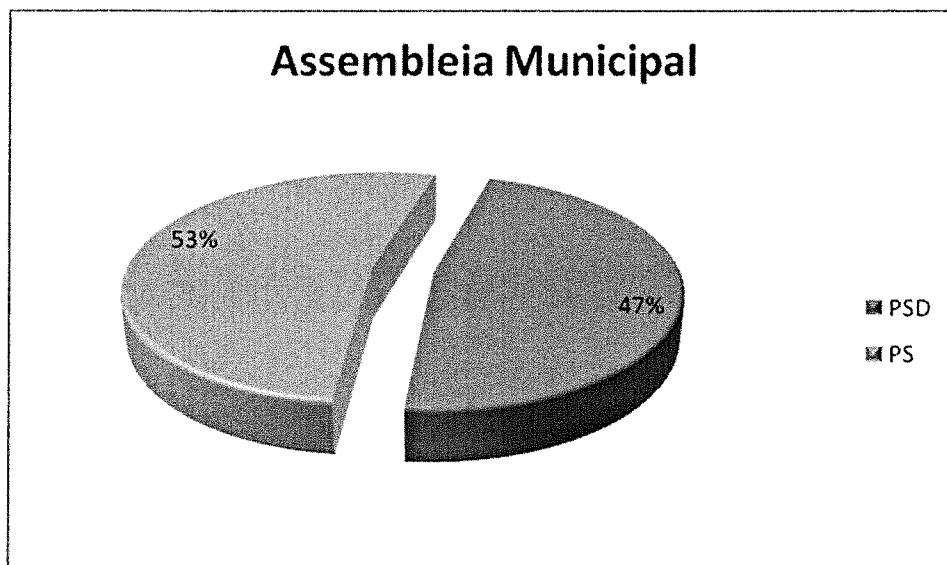
Capítulo I

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A Organização do Município de Porto Moniz caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

A estrutura política assenta-se em dois órgãos: a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza primordialmente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 19 deputados, dos quais 15 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e 4 indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia.





[Handwritten signatures and initials]

Os membros do órgão executivo, com as indicações das competências que lhe são delegadas.

	João Emanuel Silva Câmara Presidente - PS ✓ <u>As competências Materiais previstas nas alíneas do n.º 1 do art. N.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro</u>		
	Luís Teixeira Vice-Presidente PS ✓ <u>Equipamento rural e urbano,</u> ✓ <u>Ordenamento do território</u> ✓ <u>Turismo</u> ✓ <u>Ambiente e saneamento básico</u> ✓ <u>Agricultura</u> ✓ <u>Comunicações</u> ✓ <u>Taxas e licenças do seu pelouro</u>		Nélio Sequeira Vereador PS ✓ <u>Accção social</u> ✓ <u>Educação</u> ✓ <u>Cultura e ciência</u> ✓ <u>Tempos livres e desporto</u> ✓ <u>Saúde</u> ✓ <u>Habitacção</u>
	Edegar Correia Vereador PSD ✓ <u>Sem Pelouro</u>		Juan Franca Vereador PSD ✓ <u>Sem Pelouro</u>



ENQUADRAMENTO LEGAL

Neste relatório de Gestão, pretende-se dar a conhecer, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município do Porto Moniz no ano de 2015.

Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Porto Moniz, relativo ao ano económico de 2015, conforme determina o disposto na alínea i) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

O presente relatório foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto de Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 4/2001 – 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001. Contemplando a análise da situação económica e financeira do município, utilizando para o efeito a informação produzida pelos módulos da contabilidade orçamental (Execução Orçamental da Receita e Despesas) e da contabilidade patrimonial (Balanço e Demonstração de Resultados). Submete-se à aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DO PLANO DE ATIVIDADES E A CONTA DE GERÊNCIA DE 2015 desta autarquia.



[Handwritten signatures and initials]

Capítulo II

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DO MUNICÍPIO

Para uma melhor sistematização da análise, este capítulo foi subdividido nas seguintes secções:

- 1) *Endividamento*
- 2) *Análise estrutural das receitas e despesas;*
- 3) *Execução do Plano Plurianual de Investimento - PPI*
- 4) *Comparação receita versus despesa e os respetivos valores;*
- 5) *Análise económica da Câmara Municipal do Porto Moniz;*
- 6) *Anexo às Demonstrações Financeiras;*



Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

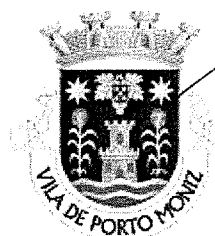
Evolução do Endividamento

Municípios	Limite da dívida total artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total (01-01-2015)								
		Total da dívida a terceiros	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem Utilizável
		Incluindo dívidas não orçamentais e FAM								
		(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)	(7)=(4)-(5)-(6)	(8)=(7)-(1), se (7)>(1)	(9)=(1)-(7), se (7)<(1)
PORTO MONIZ	5.332.819	3.789.696	609	3.790.304	22.852	0	3.767.452		1.565.367	313.073

Dívida Total (31-12-2015)								Variação da dívida	Variação do excesso	Utilização da margem disponível
Total da dívida a terceiros	SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida total	Dívidas não orçamentais	Conta 268126 (FAM)	Excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem			
Incluindo dívidas não orçamentais e FAM						(17)=(16)-(1), se (16)>(1) ou (17)=(16)-[(7)+(10)], se (16)<(1)	(18)=(1)-(16), se (16)<(1) ou (18)=[(7)+(10)]-(16), se (16)>(1)	(19)=(16)/(7)-1	(20)=(17)/(8)-1	(21)=(10)-[(16)-(7)], se (10)>0 e (16)<[(7)+(10)]
(11)	(12)	(13)=(11)+(12)	(14)	(15)	(16)=(13)-(14)-(15)	(10)>0 e (7)+(10)<(16)<(1)	(10)>0 e (7)+(10)>(16)			
3.381.640	0	3.381.640	32.394	0	3.349.246		1.983.573	-11,10%		731.279

Na análise do endividamento municipal, referente ao período de 31 de dezembro de 2015, considerou-se o disposto nos artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

A Margem absoluta é de 1.565.367,00 euros é de apenas 20% no valor de 313.076,00 euros, relativamente ao final do período de 31-12-2015, a utilização da margem disponível de 01 de janeiro a 31 de dezembro é de 731.279,00 euros.

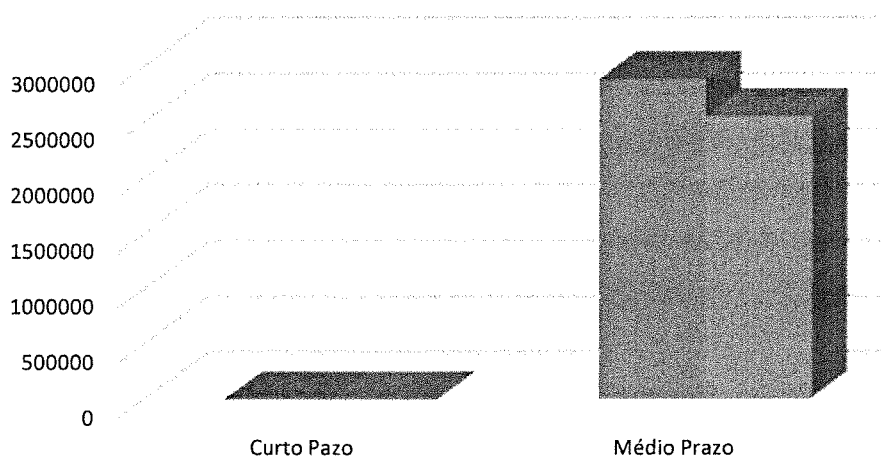


Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

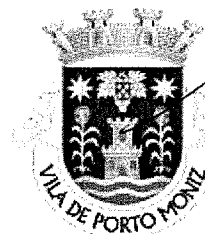
Capital em Dívida de Empréstimos

Empréstimo	2014 dezembro	2015 dezembro
Capital em Dívida de Empréstimos a Curto Prazo	0,00	0,00
Capital em Dívida de Empréstimos a Médio/ Longo Prazo	2.878.679,08	2.543.714,78
Total do Capital em dívida em Empréstimos	2.878.679,08	2.543.714,78

Mapa de Empréstimos



ENTIDADE	Valor em Dívida		%
	31-12-2014	31-12-2015	
Fornecedores conta corrente	513.990,61	403.113,94	-27,5%
Fornecedores de Imobilizado	86.974,92	86.974,92	0,00%
Estado e outros entes públicos	10.919,54	46.091,84	+23%
Bancos /Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00	0,0%
Bancos /Empréstimos de Médio e Longo Prazo	2.878.679,08	2.543.714,78	-13,16%
Total da dívida a terceiros	3.490.564,15	3.079.895,48	-13,33%



[Handwritten signatures and initials]

2) - ANÁLISE ESTRUTURAL DA RECEITA E DA DESPESA

Este capítulo visa decompor a Receita e Despesa municipal nas principais rubricas, para que se tornem perceptíveis a dimensão e o peso relativo de cada uma delas, e simultaneamente, observar o modo como alguns “sub-conjuntos” da despesa municipal são cobertos ou absorvem determinados “sub-conjuntos” da receita.

Poderemos também proceder a uma análise mais detalhada às Grandes Opções do Plano e o Orçamento inscrito nos documentos suportes definidos no exercício de 2015. Permite ainda, fazer uma abordagem às principais estratégias para o desenvolvimento do Concelho, identificando todos os projetos prioritários, conjuntamente com a mobilização dos recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

No que concerne à contabilidade orçamental, esta prestação de contas será realizada ao nível das suas previsões, e da sua execução.

2.1) RECEITA

Da análise do contributo em termos absolutos e relativos, de cada uma das componentes da receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

FUNDOS COMUNITÁRIOS	139.879,57
INSTITUTO SEG. SOCIAL	<u>12.867,06</u>
	152.746,63
CONTRATO PROGRAMA	0,00
FUNDO EQUILÍBRIO CORRENTE	3.172.600,00
FUNDO EQUILÍBRIO	352.511,00



[Handwritten signatures and initials]

CAPITAL	
FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	50.898,00
PARTICIPAÇÃO FIXA EM IRS	51.003,00
CONTRIBUIÇÃO AUTARQUICA IMPOSTO MUNICIPAL TRANSMISSÕES	0,00
IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	17.665,87
IMPOSTO MUNICIPAL DOS IMOVEIS	37.572,89
	<u>260.799,09</u>
	4.095.796,48
OUTROS IMPOSTOS	753.944,45
TOTAL	4.849.740,93

Relativamente à análise do quadro em cima transcrito, podemos observar os valores absolutos e o peso da importância que os fundos provenientes do Estado têm para este Concelho, sendo possível retirar as seguintes ilações:

Sendo a receita total do município de 4.849.740,93€ (Quatro milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta euros e noventa e três cêntimos) e a receita proveniente do orçamento de Estado em 2015, na ordem dos 3.627.012,00 € (três milhões seiscentos e vinte e sete mil e doze euros) através do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), equivalendo em termos percentuais na ordem dos 67,50%, mas se juntarmos as outras receitas provenientes de (IMI, IMT e IUC) com o valor de 316.037,85€ (Trezentos e desaseis mil e trinta e sete euros e oitenta e cinco cêntimos), a percentagem aumenta para os 77,50% da receita total.

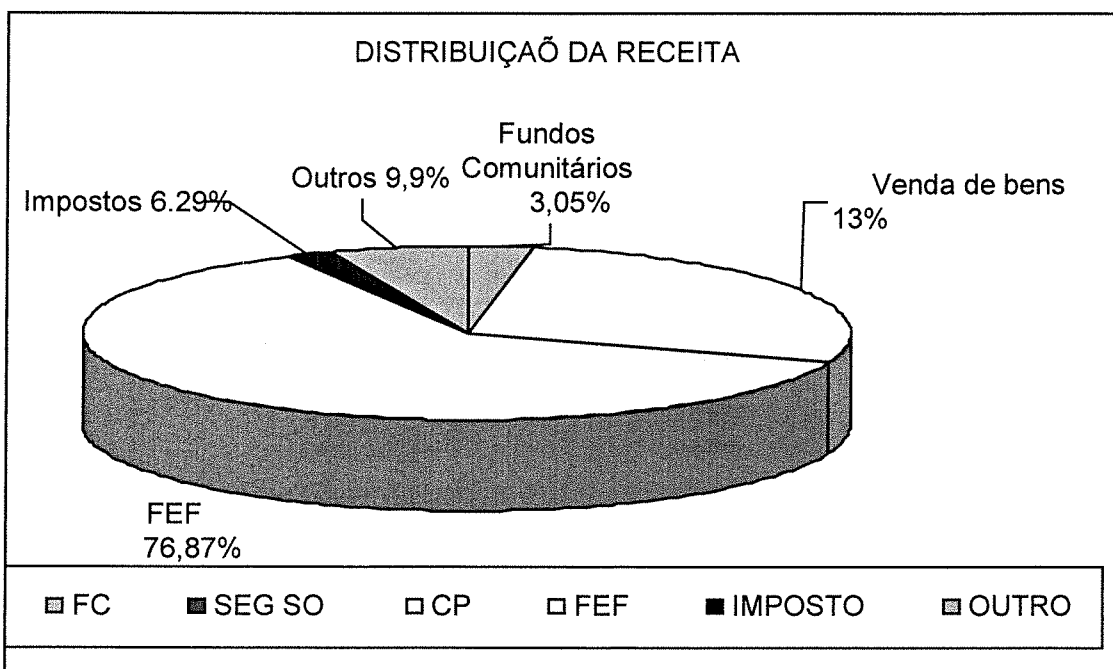
Neste sentido, podemos afirmar que toda a atividade do município do Porto Moniz depende e muito das transferências que advêm do Orçamento de Estado, e quando há



Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.

alguma alteração negativa destes valores, o seu impacto tem reflexos muito negativos no funcionamento da autarquia.

2.1.1) DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO

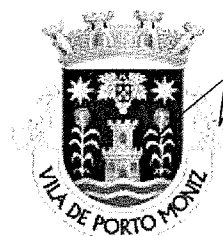


– Desagregando a receita pelas suas diversas origens, podemos concluir que as receitas provenientes do Estado FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) são sem qualquer dúvida, aquelas que têm maior significado, com 76,87% da receita total. Logo a seguir temos a receita proveniente da venda de bens e serviços, onde se destaca a receita proveniente dos serviços afetos à distribuição de água e lixo, receita do Aquário e Piscinas Municipais. Acrescenta-se a receita proveniente dos impostos cobrados na autarquia com uma percentagem de 6,29 % e que sofreu uma pequena alteração positiva pela via do aumento da receita do IMI.



Em 2015, a receita total arrecadada pela Câmara Municipal de Porto Moniz foi de 4.849.740,93€ (Quatro milhões oitocentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta euros e noventa e três cêntimos), representando um aumento de 4,18% comparativamente ao ano de 2014. É de registar que, decompondo os montantes arrecadados neste exercício, constata-se que a receita corrente foi de 4.356.745,36€ (Quatro milhões trezentos e cinquenta e seis mil setecentos e quarenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos) (93,15%) e a de Capital no valor de € 492.995,57€ (Quatrocentos e noventa e dois mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e sete cêntimos) (6,85%)

EVOLUÇÃO DA RECEITA			
	2013	2014	2015
RECEITA CORRENTE			
Impostos Diretos	231.630,28	288.822,31	316.037,85
Impostos Indiretos	7.522,81	3.858,60	1.689,71
Taxas, coimas e penalidades	25.984,09	64.759,96	61.765,37
Rendimento de Propriedade	1.873,72	1.878,14	1.741,34
Transferências Correntes			
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.776.292,00	3.034.193,00	3.172.600,00
Fundo Social Municipal	50.898,00	50.898,00	50.898,00
IRS	30.932,00	32.074,00	51.003,00
Outros	3.179,29	25.595,43	18.408,46
Venda de Bens	80.692,50	93.249,03	75.309,64
Venda de Serviços	327.176,07	540.148,61	601.055,10
Renda e Aluguer	24.871,38	35.326,52	6.236,89
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	3.630.144,37	4.176.352,01	4.356.745,36
RECEITAS DE CAPITAL			
Transferências de Capital (FEF)	694.073,00	337.132,00	352.511,00
Venda de bens de investimento.	0,00	0,00	605,00
Contratos Programa Ativos Financeiros (FC)	169.841,32	141.829,49	139.879,57
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	1.823.470,79	478.961,49	492.995,57
TOTAL DA RECEITA	5.453.615,16	4.655.313,50	4.849.740,93



[Handwritten signatures and initials]

Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rubricas da Receita, podemos tirar as seguintes conclusões:

	2015	%
<i>Receita Corrente</i>	4.356.745,36	93,15%
<i>Receita de Capital</i>	492.995,57	6,85%
TOTAL	4.849.740,93	100,00%

A Receita Corrente representa 93,15% da Receita Total, enquanto na Receita de Capital é de 6,85%, estando escalonada da seguinte forma:

RECEITA CORRENTE	EUROS	%
Impostos Diretos	316.037,85	7,25%
Impostos Indiretos	1.689,71	0,04%
Taxas, coimas e penalidades	61.765,37	1,42%
Rendimento de Propriedade	1.741,34	0,04%
Transferências Correntes		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.172.600,00	72,82%
Fundo Social Municipal	50.898,00	1,17%
IRS	51.003,00	1,17%
Outros	18.408,46	0,42%
Venda de Bens	75.309,64	1,73%
Venda de Serviços	601.055,10	13,80%
Renda e Aluguer	6.236,89	0,14%
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	4.356.745,36	100,00%

Relativamente à Receita de Capital, esta encontra-se escalonada da seguinte forma:

RECEITAS DE CAPITAL	EUROS	%
Transferências de Capital (FEF)	352.511,00	71,50%
Venda de bens de investimento.	605,00	0,12%
Contratos Programa Activos Financeiros (FC)	139.879,57	28,38%
TOTAL DA RECEITA DE CAPITAL	492.995,57	100,00%



Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

	Inicial	Cobrada	Execução
Receita Corrente	4.462.840,00	4.356.745,36	97,56%
Receita de Capital	394.410,00	492.995,57	119,00%
TOTAL	4.857.250,00	4.849.740,93	99,80%

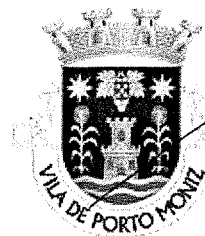
Em termos gerais, temos um grau de execução de 99,80,% do total da receita inicialmente prevista com a receita efetivamente cobrada.

2.1.2) EVOLUÇÃO DO PESO DA DIVIDA DO MUNICÍPIO FACE À RECEITA

MUNICÍPIO					
2014			2015		
Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita	Receita	Dívida	Peso da dívida face a receita
4.655.313,00	3.490.564,15	74,98%	4.849.740,93	3.079.895,48	63,51%

Para melhor compreender a expressão da dívida da Câmara Municipal do Porto Moniz, importa proceder à análise do peso da mesma face à receita arrecada, pois tal, permite estimar melhor o esforço que a autarquia terá de realizar para a saldar.

Numa análise genérica, constata-se o esforço que o município tem vindo a realizar para o pagamento da sua dívida. No ano de 2014 o peso da dívida face à receita neste ano cifrou-se nos 74,98%. Em termos comparativos no ano de 2015 cifrou-se nos 63,51%. Esta diminuição de 11,47% é facilmente comprovada pelo aumento da receita arrecadada em 2015 face a 2014 em 194.427,93 € (Cento e noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e sete euros e noventa e três cêntimos), e pela diminuição da dívida em 410.668,67€ (quatrocentos e dez mil seiscentos e sessenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos)



[Handwritten signatures and initials]

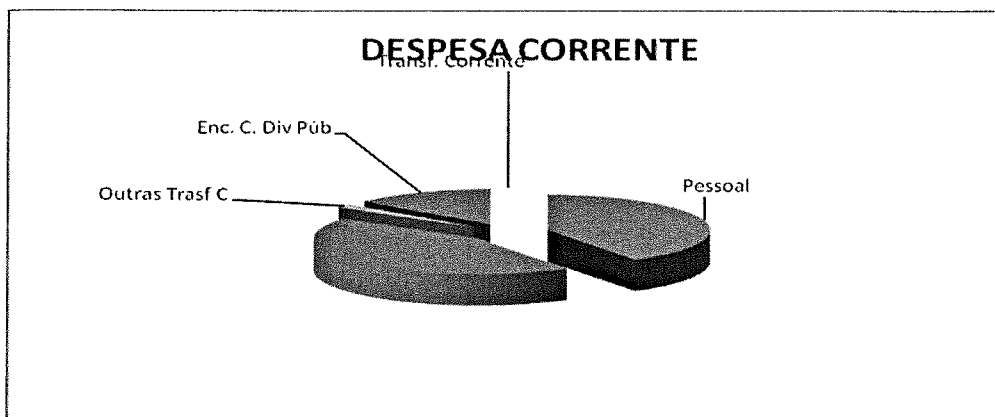
2.2 - **DESPESA**

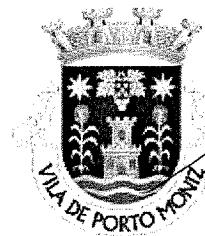
Analisando em termos absolutos e relativos o peso de cada uma das rúbricas da despesa, podemos tirar as seguintes conclusões:

DESPESA TOTAL - 2015		
DESPESA CORRENTE	3.304.415,52	82,01%
DESPESA DE CAPITAL	724.908,55	17,99%
	4.029.324,07	100,00%

As DESPESAS CORRENTES representam 82,01% do Total da Despesa, sendo escalonadas da seguinte maneira:

DESPESA CORRENTE-2015		
Pessoal	1.215.396,38	36,78%
Aquisição de bens e serviços	1.559.536,46	47,20%
Juros da Dívida Pública	31.996,31	0,97%
Transferências correntes	466.396,33	14,11%
Outras transferências correntes	31.090,04	0,94%
	3.304.415,52	100,00%



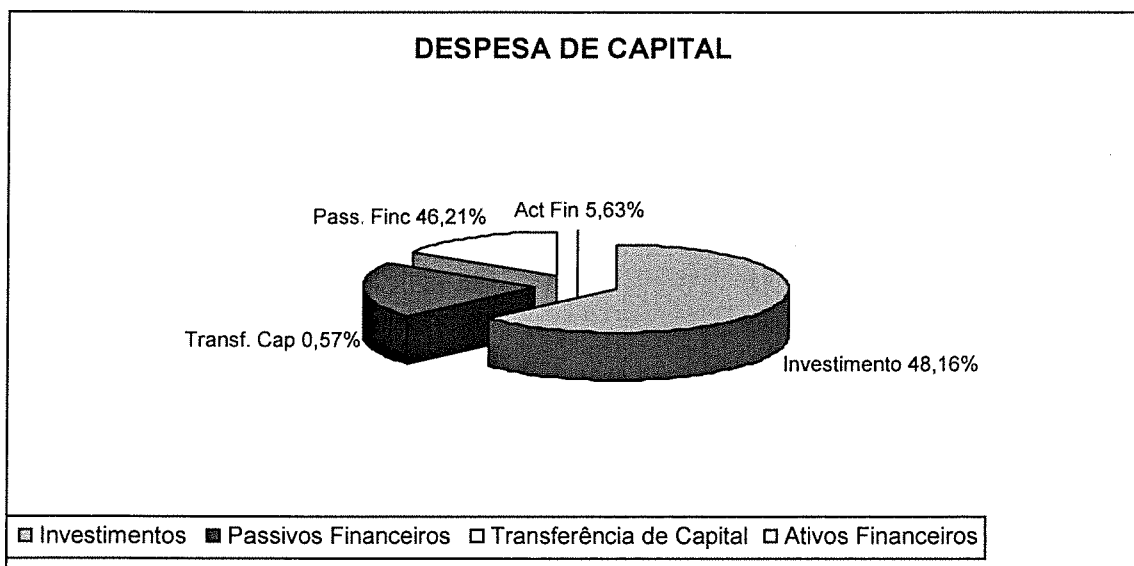


[Handwritten signatures and initials]

As Despesas de Capital representam 17,99% do total da Despesa, sendo quase integralmente constituídas por Investimento.

DESPESA CAPITAL

Investimentos	349.136,25	48,16%
Passivos Financeiros	334.964,30	46,21%
Transferência de Capital	0,00	0,00%
Activos Financeiros	40.808,00	5,63%
	724.908,55	100%



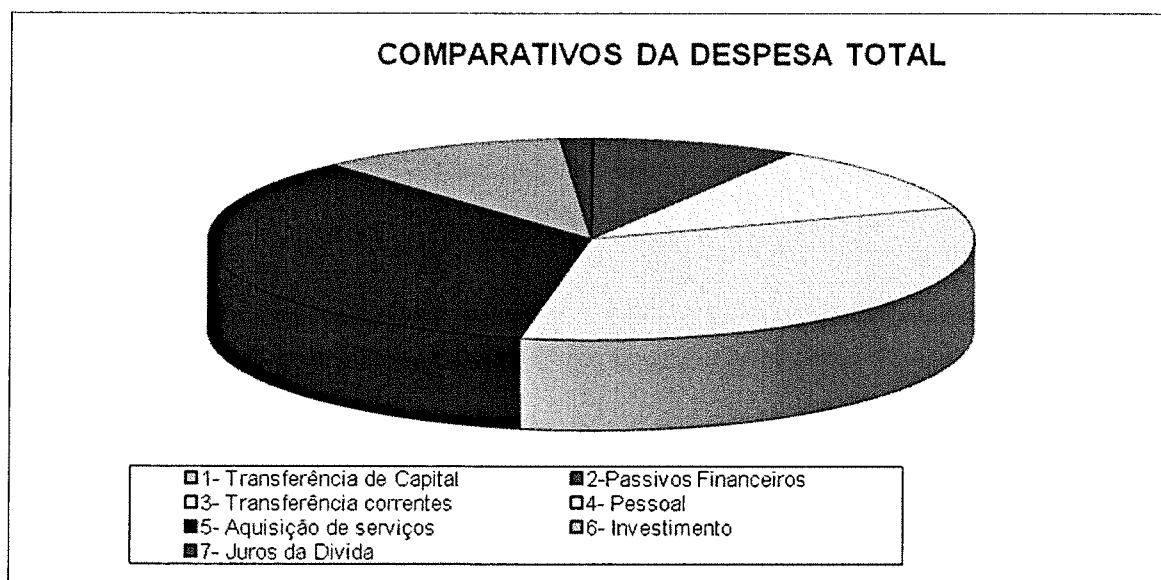
Relativamente aos valores em cima transcritos, poderemos observar que a maior percentagem que é absorvida na despesa de capital, é no investimento com 48,21%, seguindo-se os passivos financeiros na amortização do capital dos empréstimos bancários com 46,21%.

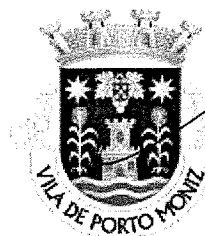


[Handwritten signatures and initials]

As despesas **Correntes e de Capital** estão designadas com o seguinte grau de importância com a despesa total e serão seguidamente analisadas nas suas diversas componentes:

Comparativos com a Despesa Total		
1- Transferência de Capital	0,00	0,00%
2- Passivos Financeiros	334.964,30	8,31%
3- Transferências correntes	497.486,37	12,35%
4- Pessoal	1.215.396,38	30,16%
5- Aquisição de serviços	1.559.536,46	38,70%
6- Investimento	389.944,25	9,68%
7- Juros da Dívida	31.996,31	0,79%
TOTAL (1+2+3+4+5+6+7)	4.029.324,07	100,00%





[Handwritten signatures and initials]

3- EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

O desenvolvimento da atividade do Município do Porto Moniz em 2015, não foi a mais desejada por este executivo, no que respeita a sua execução, visto que o impacto esperado nas contratualizações com os fundos do novo quadro comunitário 14/20 ainda é uma miragem.

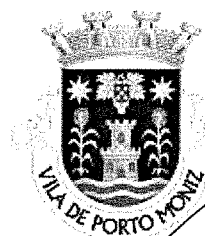
O ano de 2014 deveria ser o ano de arranque de muitos projetos financiados por fundos comunitários no nosso município, mas chegamos ao final de 2015 e não foi desencadeado mecanismos para o desenvolvimento desta matéria. Neste sentido há um sentimento de alguma desilusão, frustração e até de algum choque por parte deste município perante às dificuldades que neste momento estão presentes, estando por isso o município do Porto Moniz manifestar a nossa preocupação e apreensão deste cenário inconclusivo. Temos também por outro lado, a inexistência de diálogo por parte do Governo Regional em querer realizar com o Município do Porto Moniz qualquer Contrato Programa o que seria uma mais-valia para o nosso município. Apesar destas limitações, o município do Porto Moniz mantém no seu Plano de Atividades as obras descritas no manifesto eleitoral apresentadas a população, para poderem ser iniciadas a qualquer momento.

Apesar destas limitações, o Município do Porto Moniz apresentou no seu programa de investimento inicial um valor de 336.808,00€ (Trezentos e trinta e seis mil oitocentos e oito euros), saldo este que depois de introdução do saldo de gerência do ano anterior estabeleceu-se nos 2.178.053,05€ (Dois milhões cento e setenta e oito mil e cinquenta e três euros e cinco cêntimos), tendo sido concretizado com um nível de execução financeira do plano de investimento no montante de 407.743,89€ (quatrocentos e sete mil setecentos e quarenta e três euros e noventa e nove cêntimos).

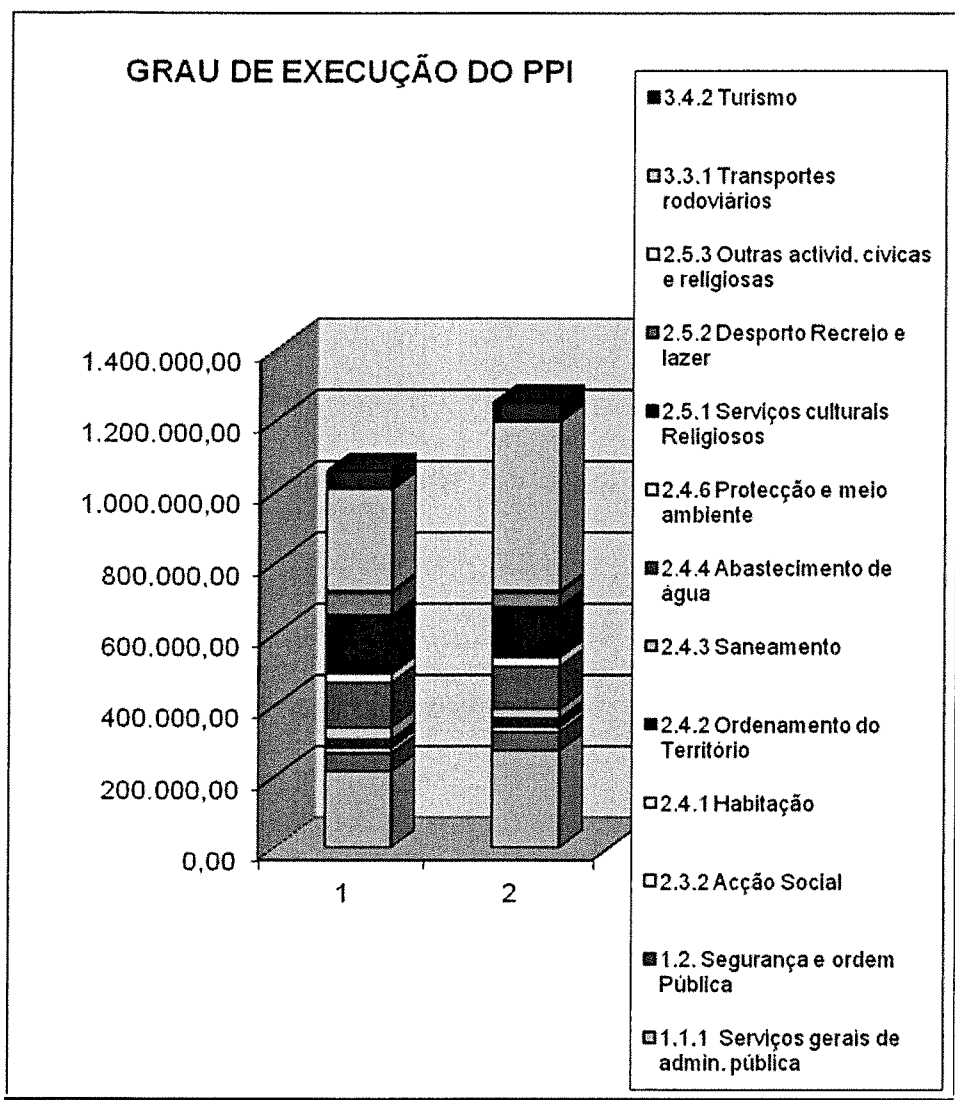


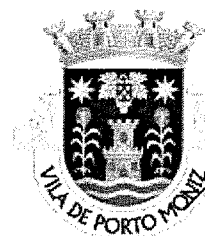
3.1 GRAU DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Código	ÁREAS DE OBJECTO	Orçamento	Corrigido	Pagamento	Execução
1.1.1	Serviços gerais de admin. pública	85.808,00	415.808,00	121.391,68	29,19%
1.2.1	Segurança e ordem Pública	100,00	100,00	0,00	0,00%
2.3.2	Ação Social	1.000,00	6.000,00	0,00	0,00%
2.4.1	Habitação	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00%
2.4.2	Ordenamento do Território	1.000,00	157.245,00	0,00	0,00%
2.4.3	Saneamento	2.000,00	53.000,00	4.700,50	8,87%
2.4.4	Abastecimento de água	51.200,00	151.200,00	9.790,63	6,48%
2.4.6	Proteção e meio ambiente	25.000,00	201.000,00	74.361,00	37,00%
2.5.1	Serviços culturais Religiosos	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00%
2.5.2	Desporto Recreio e lazer	3.000,00	208.000,00	144.438,00	69,44%
2.5.3	Outras ativ. cívicas e religiosas	3.000,00	2.000,00	0,00	0,00%
3.1	Agricultura e pecuária.	11.100,00	297.950,00	0,00	0,00%
3.2	Indústria e energia	5.000,00	50,00	0,00	0,00%
3.3.1	Transporte Rodoviário	97.100,00	485.200,00	34.732,43	7,16%
3.4	Turismo	51.000,00	100.000,00	0,00	0,00%
		336.808,00	2.178.053,05	404.743,89	17,88%



[Handwritten signatures and initials]





Handwritten signatures and initials:
J. de...
49
[Signature]
[Signature]

4 – COMPARAÇÃO RECEITA VERSUS DESPESA E RESPECTIVOS VALORES

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES		
01 - Pessoal	1.215.396,38	36,78%
02 - Aquisições de bens	410.321,30	12,42%
03 - Aquisições de serviços	1.149.215,16	34,78%
04 - Transferências Correntes	497.486,37	15,06%
05 - Encargos da Dívida	31.996,31	0,97%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	3.304.415,52	100%
DESPESAS DE CAPITAL		
09 - Investimentos	349.136,25	48,16%
10 – Passivos Financeiros	334.964,30	46,21%
11 – Activos financeiros	40.808,00	5,63%
12- Transferências de Capital	0,00	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	724.908,55	100%
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	4.029.324,07	100,00%

Comparativos com a despesa total		
Pessoal	1.215.396,38	51,40%
Aquisição de serviços	1.149.215,16	48,60%
	2.590.425,23	100,00%
Despesa de funcionamento	2.774.932,84	83,98%
Despesa Total	3.304.415,52	
Pessoal	1.215.396,38	30,16%
Despesa Total	4.029.324,07	
Pessoal	1.215.396,38	36,78%
Despesas Correntes	3.304.415,52	
Aquisição Bens e Serviços	1.559.536,46	47,20%
Despesas Correntes	3.304.415,52	
Despesas com o Pessoal	1.215.396,38	17.614,44
N.º de Efetivos	69	

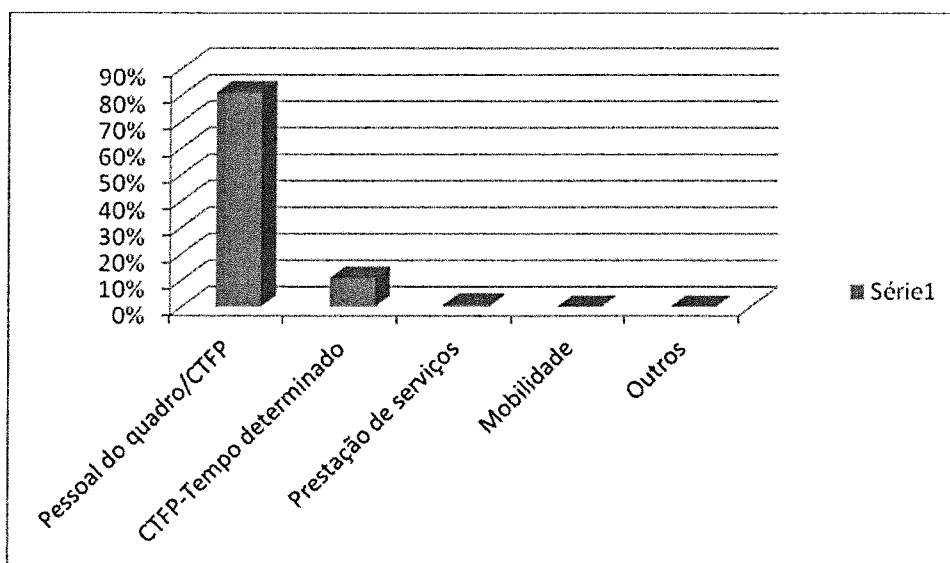


[Handwritten signatures and initials]

4.1 – Pessoal

Apesar das medidas impostas pelo Governo Central, através dos sucessivos Orçamentos de Estado, a autarquia tem assegurado o investimento adequado nos Recursos Humanos, dentro dos parâmetros impostos pela lei das Autarquias Locais e dos sucessivos Orçamentos de Estado, registando-se, no entanto, a redução do número de trabalhadores em duas unidades, comparativamente aos anos anteriores. Em 31 de dezembro de 2015, o número total de efetivos deste município situava-se nos 69 funcionários, dos quais 19 são do sexo feminino e os restantes 50 do sexo masculino.

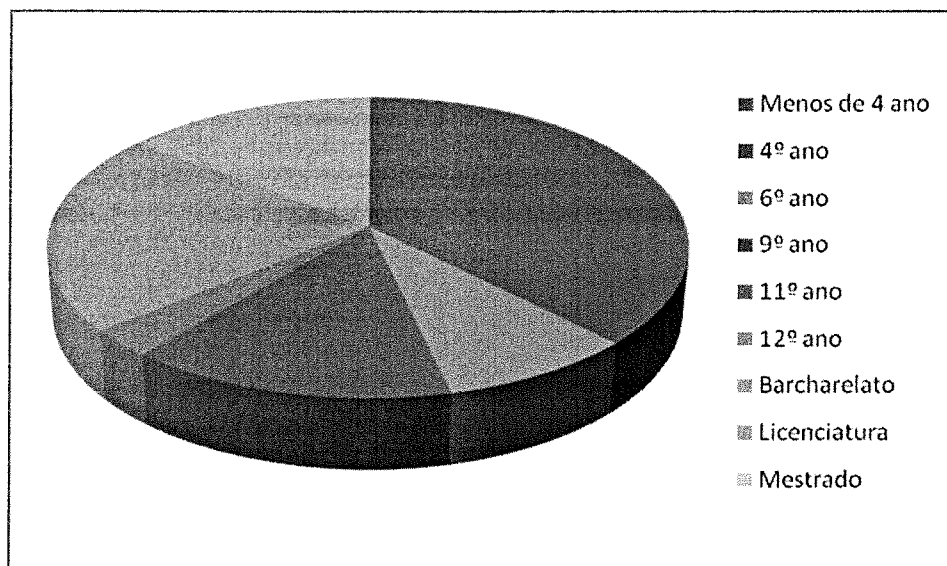
Quadro de Pessoal	2013	2014	2015
Pessoal do quadro/CTFP	70	69	64
CTFP - Tempo Certo	4	5	8
Prestações de serviço	1	0	0
Outras situações	7	6	7



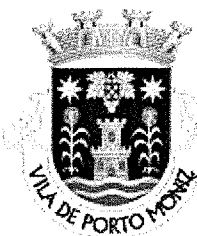


Handwritten signatures and initials.

Habilitações Literárias	2013	2014	2015
Menos de 4 ano	0	1	1
4º ano	32	30	23
6º ano	8	8	6
9º ano	8	7	8
11º ano	2	2	2
12º ano	14	15	15
Bacharelato	0	0	0
Licenciatura	6	6	6
Mestrado	0	0	0



A nível de habilitações literárias, 65% dos trabalhadores detêm habilitações iguais ou inferiores ao 11º ano, 21% dos trabalhadores têm o 12º ano, sendo que 14% dos trabalhadores detêm curso médio superior.


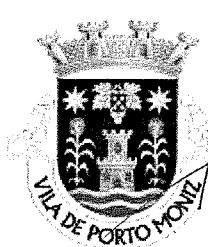
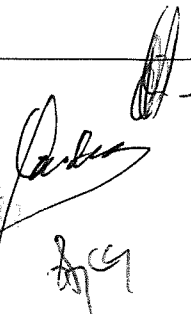





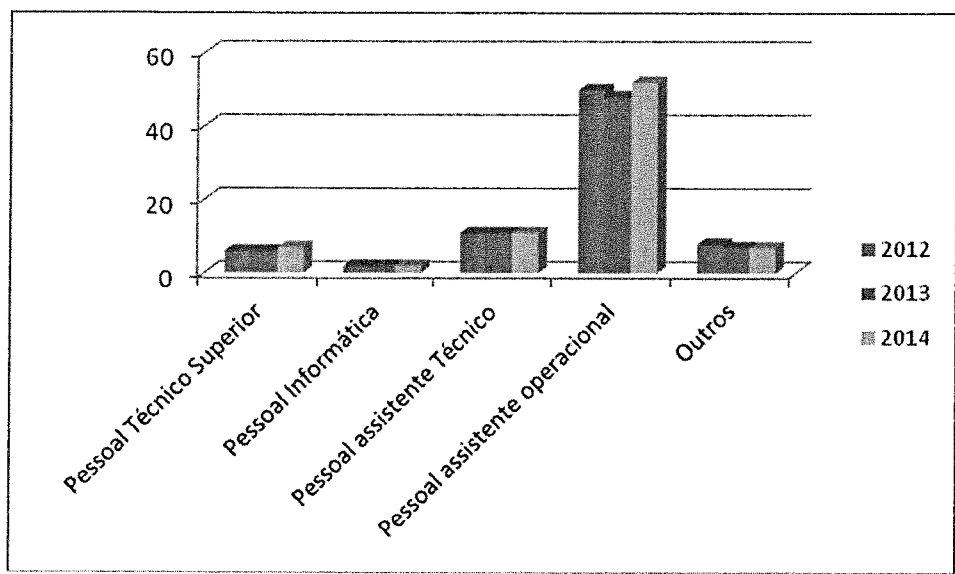
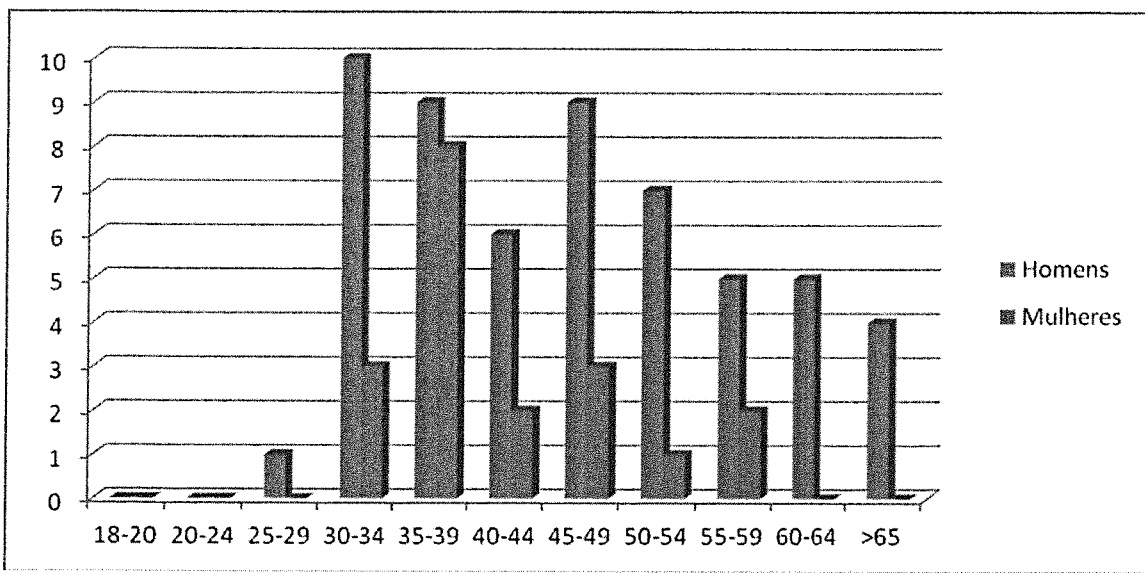
4.1.1 Estrutura Profissional

A estrutura profissional do Município é constituída predominantemente pelos seguintes grupos profissionais: assistente operacional (com 71,01%), assistente técnico (15,95%) e técnico superior com (11,59%).

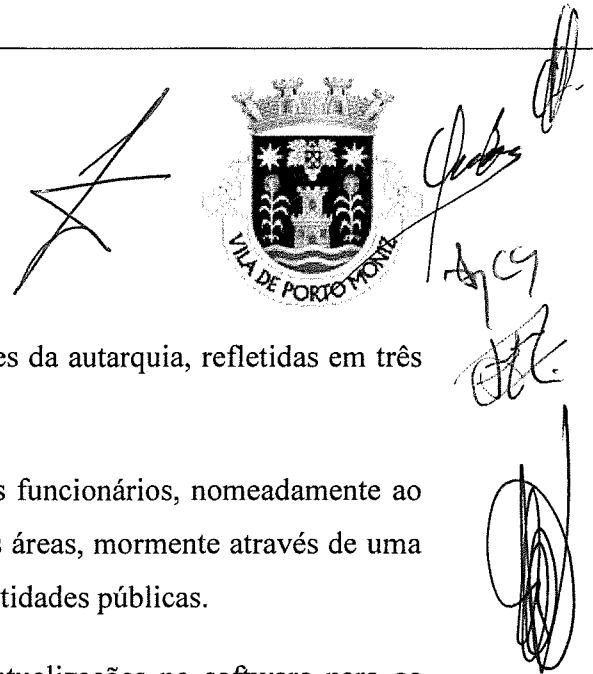
	2013	2014	2015
Pessoal Técnico Superior	7	7	8
Pessoal Informática	2	1	1
Pessoal Assistente Técnico	11	11	11
Pessoal Assistente Operacional	52	50	49
Outros	7	6	8

Dirigente - Intermédio	H	2
	M	0
Técnico Superior	H	3
	M	2
Assistente Técnico	H	7
	M	4
Assistente Operacional	H	37
	M	10
Informática	H	1
	M	0
Outros	H	0
	M	0
		69



É de destacar a pouca expressão do peso do pessoal assistente técnico, no global dos trabalhadores que se encontram ao serviço do município, demonstrando a estratégia de desburocratização da administração pública e a implementação de processos de agilização dos procedimentos administrativos que se vem implementando nesta autarquia. Ao nível da gestão dos recursos humanos é, ainda, de salientar a implementação de estratégias



facilitadoras do desempenho profissional dos trabalhadores da autarquia, refletidas em três áreas fundamentais:

Melhoria das condições de trabalho a todos os funcionários, nomeadamente ao nível da frequência de ações de formação em variadas áreas, mormente através de uma cooperação muito positiva com a AMRAM e outras entidades públicas.

Novo método de trabalho obtido através de atualizações no software para os departamentos: financeiro, de aprovisionamento e de águas deste município, permitindo agilizar o seu funcionamento, assim como produzir dados mais fidedignos, reduzindo-se os custos inerentes a estas operações e aumentando-se o grau de qualidade que é desejada neste tipo de operações.

Incutir nos funcionários desta autarquia o gosto e a responsabilidade que cada um tem em transmitir uma boa imagem do bom funcionamento desta entidade, para que os munícipes adquiram um elevado grau de satisfação na resolução dos seus problemas.

DEZEMBRO 2015

DESPESAS COM PESSOAL

(montantes acumulados no final do trimestre)

(€)

	Final trimestre ano anterior (1)	Final trimestre ano corrente (2)	Comparação (3)-(2)-(1)
Despesas com pessoal (total do agrupamento 01)	1.255.543,20	1.215.396,38	-40.146,82
Aquisição de serviços com pessoas singulares (incluídas no agrupamento 02)	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.255.543,20	1.215.396,38	-40.146,82
Aumento resultante da actualização dos vencimentos dos funcionários públicos			
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central			
Aumento resultante de disposições legais			-40.146,82
Aumento resultante de sentenças judiciais			
Aumento resultante de outras situações não incluídas nas alíneas anteriores			



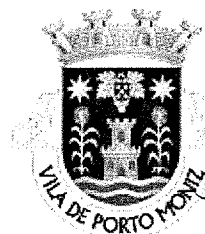
5 – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

5.1 - COMPONENTE FINANCEIRA

5.1.1 - ATIVO

O total dos bens de direito do Município atingiu, no final de 2015, o valor de **11.101.079 € (Onze milhões cento e um mil e setenta e nove euros)**, registando-se um decréscimo de **93.841 € (Noventa e três mil e oitocentos e quarenta e um euros)** face ao ano anterior. Enquanto as imobilizações corpóreas tiveram um decréscimo de **875.679 € (Oitocentos e setenta e cinco mil seiscientos e setenta e nove euros)**. O valor mais significativo é referente às disponibilidades, com uma variação positiva de **835.785 € (Oitocentos e trinta e cinco mil e setecentos e oitenta e cinco euros)**.

	2014	2015	VARIAÇÃO
Imobilizações corpóreas	23.595.462	22.719.783	-875.679
Bens de domínio público	11.194.920	11.101.079	-93.841
Existências	147.321	191.568	44.247
Dívidas a receber	0	0	0
Disponibilidades	1.865.639	2.701.424	835.785
Custos Diferidos	0	0	0
TOTAL	36.803.342	36.713.854	-89.488

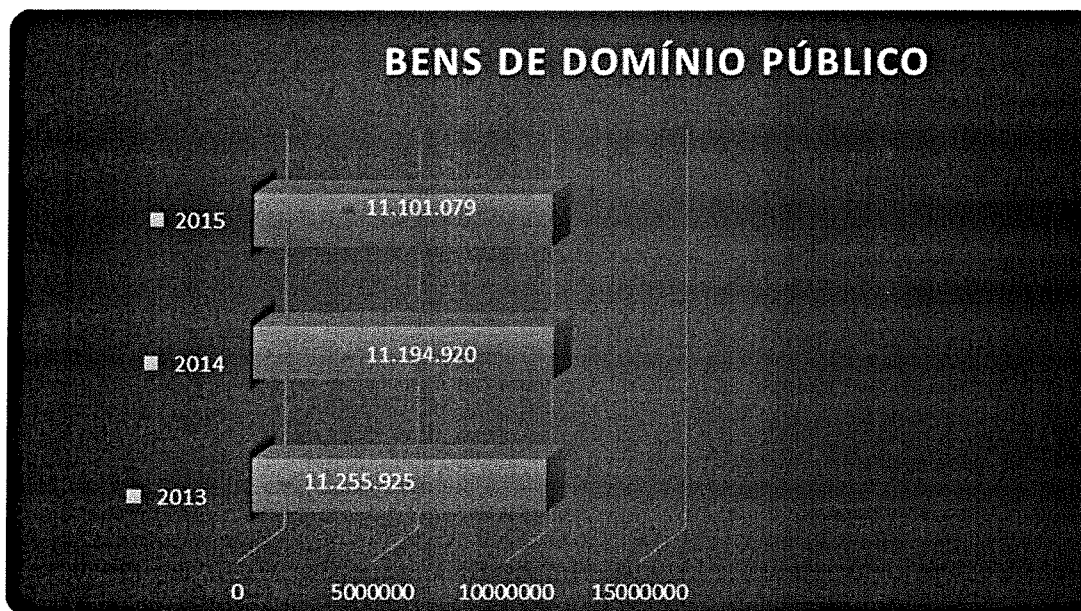


Apesar do ano de 2015 ter sido de contenção rigorosa, em matéria de despesa, verificou-se algum acréscimo na estrutura geral do ativo. Apenas se verificou um acréscimo face ao ano transato nas rúbricas de disponibilidade e bens de domínio público, mesmo com a realização já efetuada das amortizações anuais nestes bens.



[Handwritten signatures and initials]

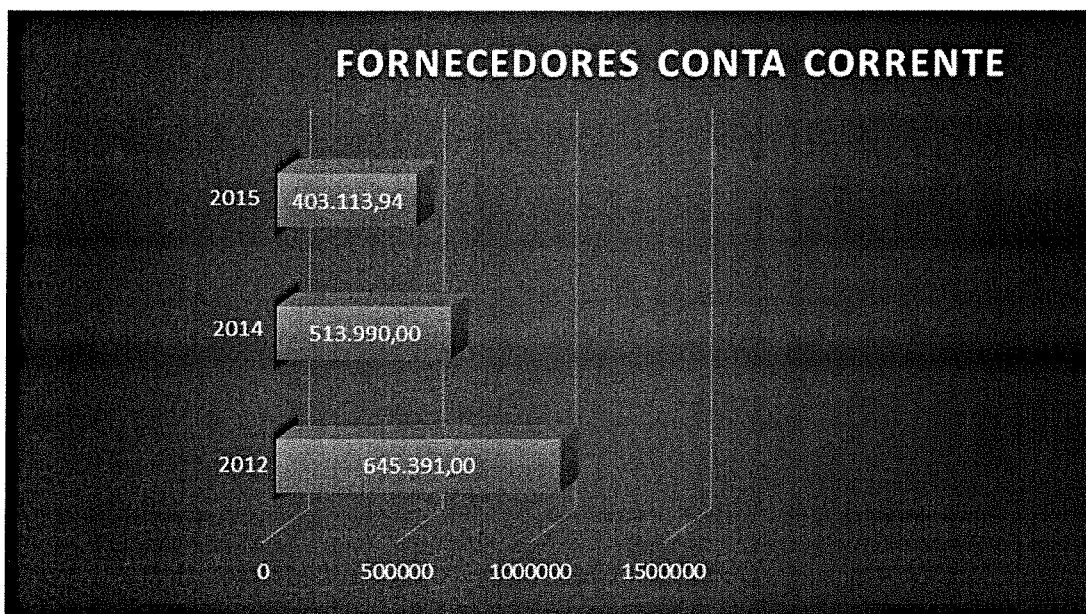
5.1.2 - IMOBILIZADO, BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO



Através dos dados do Balanço, constata-se que no exercício de 2015, obtivemos um pequeno decréscimo de 93.841 € (noventa e três mil oitocentos e quarenta e um euros) no valor dos bens de Domínio Público, passando a registar em termos líquidos o valor de 11.194.920 € (Onze milhões cento e noventa e quatro mil novecentos e vinte euros). Podemos então concluir que, relativamente ao ano de 2014, este pequeno decréscimo nos Bens de Domínio Público deste Concelho é obtido pela contenção do investimento nesta matéria e também pelo reflexo das amortizações do ano.



5.1.3 - FORNECEDORES CONTA CORRENTE

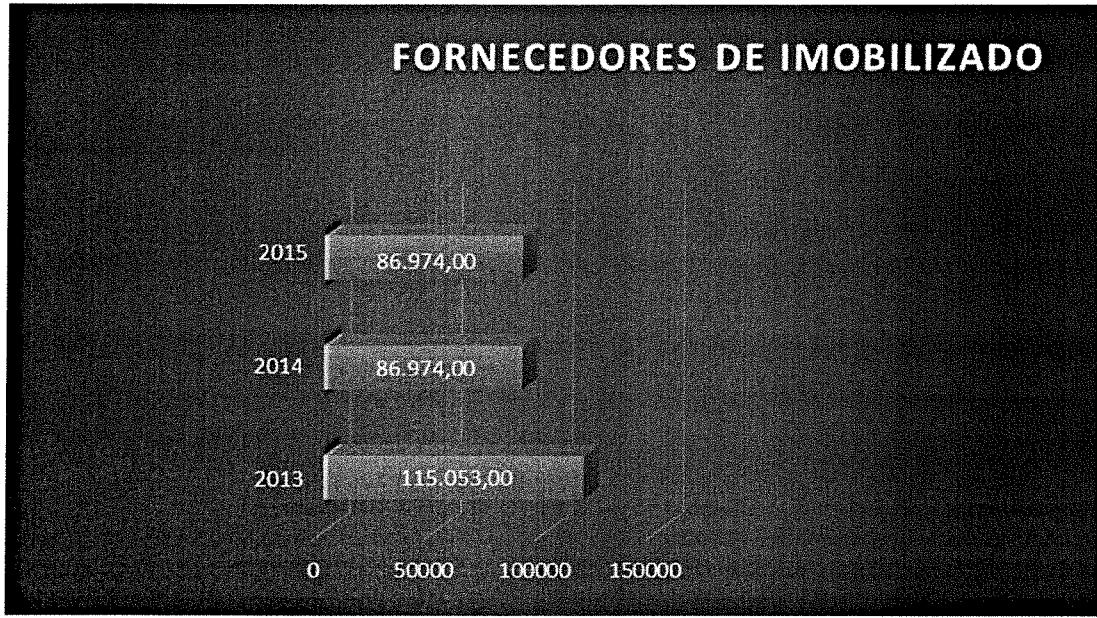


Em relação à dívida a Fornecedores de Conta Corrente, registou-se uma diminuição nesta rubrica, comparativamente ao ano de 2014, no montante de 110.876,06 € (Cento e dez mil oitocentos e setenta e seis euros e seis cêntimos). Esta diminuição deveu-se, exclusivamente, ao pagamento à todos os fornecedores de conta corrente, ficando apenas nesta rubrica o saldo dos fornecedores com quem o Município estabeleceu acordos de pagamentos (Empresa de Eletricidade da Madeira e Valor Ambiente). Foram assim privilegiados os pagamentos a todos os fornecedores, sendo cumprida a lei da assunção dos compromissos e os pagamentos em atraso das entidades públicas, lei 8/2012 de 21 de fevereiro de 2013, em todos os seus domínios.



[Handwritten signatures and initials]

5.1.4 - FORNECEDORES DE IMOBILIZADO



Relativamente à dívida aos Fornecedores de imobilizado, este deve-se unicamente por uma dívida à Jaime Ribeiro & Filhos, Lda., estando a mesma a decorrer num processo judicial para o seu pagamento ou não por parte da Câmara Municipal.



[Handwritten signatures and initials]

5.1.5 - EXISTÊNCIAS



Relativamente às existências em armazém, estas tiveram, em 2015, um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior no valor de 2.879 € (dois mil oitocentos e setenta e nove euros), numa análise de stocks, este valor é pouco significativo, visto que este valores têm vindo a se manter desde 2013



[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



6 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Autarquia ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

6.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

6.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

Endereço

Município de Porto Moniz

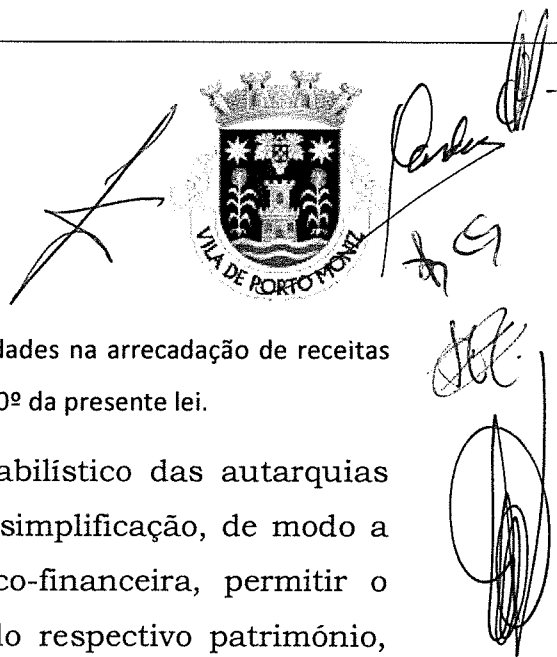
Praça do Lyra 9270-053

Organismo da Administração Pública com

Número de Identificação Fiscal 511 239 068

Regime Financeiro

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais que respeita o princípio da coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente lhes está cometido. De acordo com o artigo 6º deste diploma legal, a Câmara Municipal de Porto Moniz possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. Os princípios fundamentais são estabelecidos capítulo II do mesmo preceito legal. Quanto à participação das Autarquias nos recursos públicos é determinada nos termos e de acordo com os critérios previstos na lei, visando o equilíbrio financeiro vertical, ou seja, adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, e o equilíbrio financeiro horizontal, ou seja, promover a correção de desigualdades entre as autarquias do



mesmo grau resultantes, designadamente, de diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa, como prevê o artigo 10º da presente lei.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da actividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais, de aplicação obrigatória a todas as autarquias locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Relativamente à apreciação e julgamento das contas, deverão as mesmas ser apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

Posteriormente, o órgão executivo terá de remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo Contas.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea a) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal.



6.1.2 LEGISLAÇÃO

A Autarquia está sujeita ao disposto na Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, regulamentada pelo Decreto de Lei 127/2012 de 21 de junho.

Ver também os pontos anteriores e seguintes.

6.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O município não possui serviços municipalizados, liquidou em 2014 a sua participação financeira na empresa municipal Aquário da Madeira, tendo internalizado as atividades desenvolvidas por esta.

Anexo Organigrama

6.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Prossecação de interesses próprios da população de Porto Moniz em conformidade com a legislação em vigor

6.1.5 RECURSOS HUMANOS

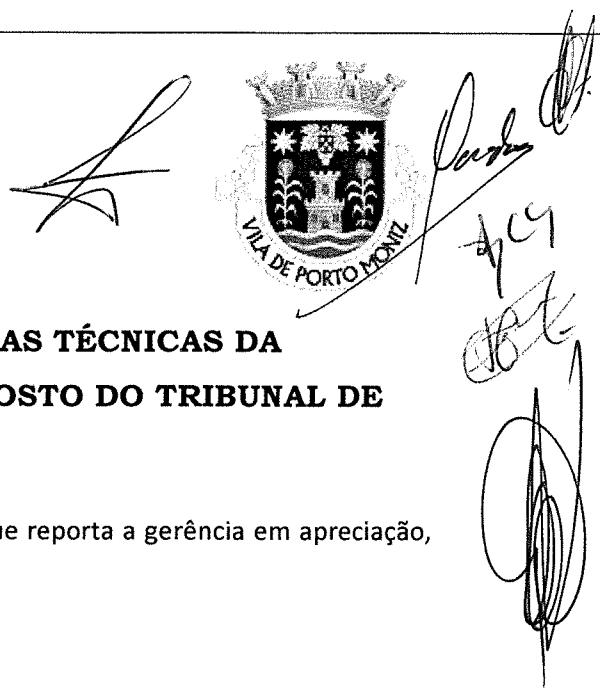
Quadro de pessoal

6.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O município utiliza a aplicação informática POCAL-MEDIDATA

6.1.7 OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

A empresa municipal Aquário da Madeira foi liquidada em 2014 tendo todos os seus ativos e passivos sido incorporados na Câmara Municipal.



6.1.8 - INFORMAÇÃO SOLICITADA NAS NOTAS TÉCNICAS DA RESOLUÇÃO N.º 4/2001 DE 8 DE AGOSTO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

a) Montante dos fundos atribuídos ao Município no ano a que reporta a gerência em apreciação, de acordo com a Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro:

FEF – 3.172.600,00 € euros;

FSM – 352.511,00 euros;

IRS – 51.003,00 euros.

b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos realizados pelo Município na gerência anterior – 349.136,25 euros;

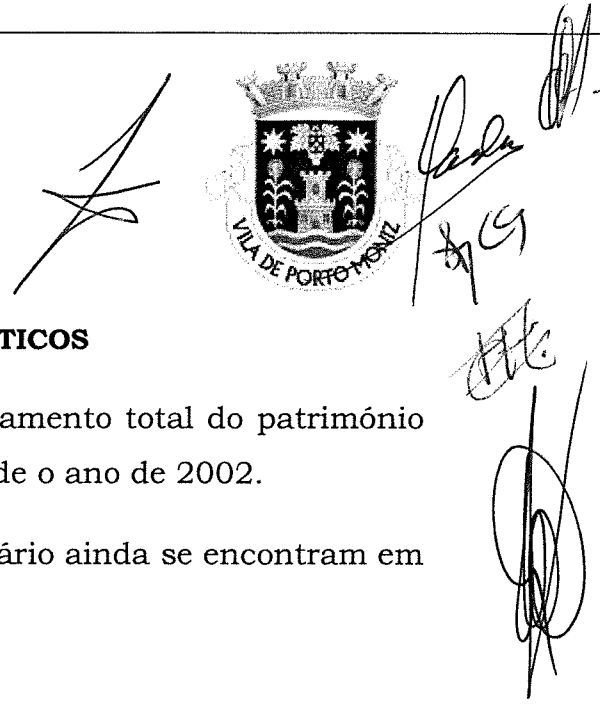
c) Ações inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno:

- ✓ Relatório n.º 14/2007-FC/SRMTC, aprovado a 13 de dezembro, elaborado na sequência da ação de controlo concomitante direcionada às despesas emergentes dos atos e contratos isentos de visto no ano de 2007.;
- ✓ Relatório nº 16/2014 - FC/SRMTC, aprovado em 2 de outubro, Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações - 2010/2012;

6.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Expresso em Euros)

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). As notas que não estão incluídas neste anexo, não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.



6.2.1 DERROGAÇÕES A PRINCIPIOS CONTABILISTICOS

À data ainda não se procedeu ao global levantamento total do património do Município tendo registado as aquisições desde o ano de 2002.

A contabilidade de custos e o sistema de inventário ainda se encontram em fase de implementação.

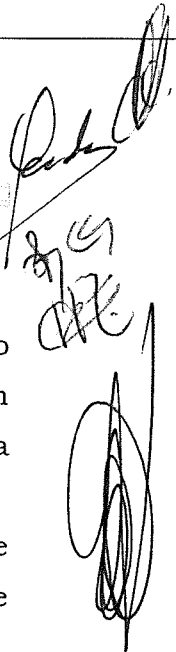
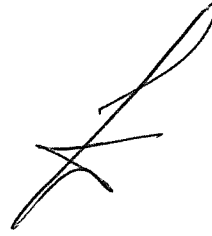
6.2.2 COMPARABILIDADE DAS CONTAS

No exercício económico de 2015 o município distinguiu pela primeira vez o montante dos empréstimos de longo prazo a ser liquidado no curto prazo, conforme instrução do SATAPOCAL.

6.2.3 CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da entidade contabilística, prudência, consistência, da não compensação e de especialização dos exercícios e materialidade.

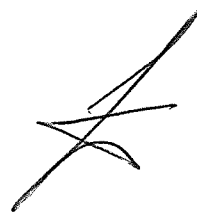
- ✓ As disponibilidades são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- ✓ As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- ✓ As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor dos documentos que as titulam.
- ✓ Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no capítulo 4 – Critérios de Valorimetria, nomeadamente 4.1 – Imobilizações, do POCAL.



- ✓ O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção, não existe incorporação do custo com empréstimo e a sua transferência para imobilizado concluído depende da existência do auto de receção provisório;
- ✓ O critério de valorização dos investimentos financeiros, nomeadamente partes de capital e investimento em imóveis são valorizados ao custo de aquisição líquido de provisões e amortizações;
- ✓ O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE, Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (2ª Série).
- ✓ Foi tido em conta o critério da materialidade constante no artigo 34º do CIBE, sendo amortizados num só exercício os bens cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
- ✓ Nos acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente, do seu recebimento ou pagamento, aplicando-se o princípio da especialização dos exercícios. No caso dos proveitos diferidos relativos ao subsídio ao investimento o Município movimenta, periodicamente, para a conta 79.8 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

6.2.7 MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMOBILIZADO

Mapa anexo



6.2.8 DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO ATIVO IMOBILIZADO

Mapa anexo

6.2.14 ENTIDADES PARTICIPADAS

O município possui apenas uma participação social na empresa-Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira S.A, o município não dispõe de contas dessa entidade atualizadas, pelo que provisionou o total da sua participação (75.000 euros). Esta participação é minoritária e corresponde à percentagem de 0,7%, sendo esta participação aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2015, da sua alienação pelo valor de 1€, ao acionista maioritário Governo Regional, da participação detida pelo município.

Sociedade de Desenvolvimento do Norte, SA

Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Maria João Monte

Av. Zarco - Edifício do Governo Regional

9004-527 Funchal

Telf: 291 215 740

Fax 291 215 758

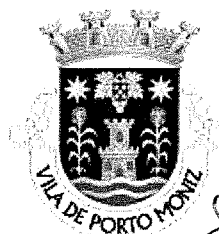
Capital social 425.000,00

6.2.22 DÍVIDAS COBRANÇA DUVIDOSA

O município atualmente não determina os montantes por cobrar de natureza duvidosa.

6.2.26 CONTAS DE ORDEM

Mapa em anexo



6.2.27 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS

RUBRICA 49.1 DO POCAL

ENTIDADE	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Sociedade de Desenv. Do Norte	75 000,00 €	- €	- €	75 000,00 €
TOTAL	75 000,00 €	- €	- €	75 000,00 €

OUTRAS PROVISÕES:

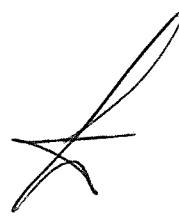
O município reconheceu em 2015 provisões para riscos e encargos no montante de 120.497,49 euros. Este registo ocorreu de forma direta sem influenciar o resultado do ano, pois tratou-se apenas da transferência de saldo da rubrica de fornecedores para provisões, dado que as faturas não podem ser liquidadas mas é expectável que se mantenha o custo associado às mesmas já reconhecido em resultados de anos anteriores.

O município não regista provisões para cobranças duvidosas.

6.2.28 FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento no exercício foi o seguinte:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Aplicação de Resultados de 2014	Saldo Final
51- Património	5.186.382,51	185.493,45		2.173.678,55	7.545.554,5
57.1 -Reservas Legais	314.970,09			114.404,13	429.374,2
59- Resultados Transitados	9.300.086,85	36.669,24	-1.006.296,28		8.330.459,8
88- Res. Líq	2.288.082,68	1.151.619,98		-2.288.082,68	1.151.619,9
TOTAL	17.089.522,13	1.373.782,67	-1.006.296,28		17.457.008,5



Os movimentos nos Fundos Próprios explicam-se pelo seguinte:

- aplicação do resultado líquido de 2014 de acordo com o POCAL, sendo 5% para Reservas Legais e o restante para Património, dado que ainda não perfazia 20% do ativo líquido do ano anterior.
- aumento da rubrica de Património (185.493,45 euros) por redução da rubrica de Resultados Transitados para regularização da aplicação de resultados de anos anteriores, que deveria ter reforçado a rubrica de Património.
- aumento de Resultados Transitados (36.669,24 euros) para registo de bens de imobilizado adquiridos em anos anteriores
- redução de resultados transitados no montante de 185.493,45 euros para reforço do Património, de 47.046,89 por regularização de estimativas e ainda de 773.755,94 euros por regularização de amortizações de anos anteriores.

6.2.29 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Mapa em anexo.

6.2.31 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Detalhe como segue:



CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	FINAL	FINAL
	31/12/2014	31/12/2015
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		
Juros suportados	37 050,01 €	30 806,20 €
Outros custos e perdas financeiros	13 851,00 €	4 164,85 €
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		
Juros obtidos	1 072,94 €	244,94 €
Ganhos em entidades participadas	1 165 647,61 €	- €
Rendimentos de Imóveis	29 774,77 €	6 931,57 €
TOTAL	1 196 495,32 €	7 176,51 €

6.2.32 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Detalhe como segue:

RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	FINAL	FINAL
	31/12/2014	31/12/2015
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS		
Perdas em existências	14 072,90 €	- €
Correcções relativas a exercícios anteriores	89,96 €	31 000,08 €
Outros custos e perdas extraordinários	- 43,25 €	- €
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS		
Ganhos em existências	1 105,40 €	23,50 €
Ganhos em imobilizações	- €	2 090,00 €
Correcções relativas a exercícios anteriores	- €	45,35 €
Outros proveitos de ganhos extraordinários	131 051,86 €	- €
...	- €	- €
TOTAL PROVEITOS E GANHOS	132 157,26 €	2 158,85 €
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	118 037,65 €	-28 841,23 €



Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos referentes ao Ano apresentam-se como positivos no montante de € 1.151.619,98.

OUTRAS NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

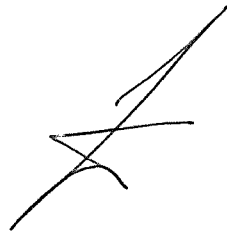
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

Detalhe como segue:

RESULTADOS OPERACIONAIS	FINAL	FINAL
	31/12/2014	31/12/2015
CUSTOS E PERDAS		
CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDA	170 959,57 €	134 898,80 €
FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	1 016 616,86 €	1 266 374,40 €
TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES E PREST.SOCIAIS	427 730,68 €	466 035,51 €
CUSTOS COM O PESSOAL	1 311 128,07 €	1 232 443,62 €
AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	572 578,20 €	524 856,37 €
	3 499 013,38 €	3 624 608,70 €
PROVEITOS E GANHOS		
VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	599 996,52 €	661 098,12 €
IMPOSTOS E TAXAS	420 095,63 €	394 361,48 €
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	3 503 371,95 €	3 785 300,03 €
	4 523 464,10 €	4 840 759,63 €
RESULTADOS OPERACIONAIS	1 024 450,72 €	1 216 150,93 €

OUTROS

O município cumpriu com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tendo para o efeito apurado e reportado os respetivos fundos disponíveis. Refira-se ainda que os mesmos são positivos em 2015.



PROPOSTA PARA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

A conta 51 (ano N) deverá ser reforçada, quando o seu valor não corresponde a 20% do ativo líquido do ano n-1.

Nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, propõem-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2015 no valor positivo de Euros 1.151.619,98 seja transferido 5% para reforço da Reserva Legal e o restante para reforço da conta 51 até atingir 20% do ativo líquido, sendo que se sobrar saldo o restante será transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Sugere-se ainda que em 2015 se proceda às regularizações relativas aos anos anteriores.